

MADRE PELLETIER: UMA INTERLOCUÇÃO ATRAVÉS DA TEIA DO ACESSO À JUSTIÇA ENTRE A UNIVERSIDADE E A COMUNIDADE

Coordenador: SIMONE SCHROEDER

O trabalho apresenta os resultados da investigação desenvolvida pelo Núcleo de Extensão em Execução Penal da Faculdade de Direito do Centro Universitário Ritter dos Reis junto à Penitenciária Feminina Madre Pelletier. A pesquisa buscou verificar como se efetua/realiza o direito ao acesso à justiça das mulheres que estão privadas de liberdade, esperando a sentença ou cumprindo pena na Penitenciária feminina de Porto Alegre. Especificamente a investigação teve como objetivo identificar os obstáculos de acesso à justiça por parte das detentas. Em primeiro lugar, o papel central da extensão é o de articular ensino e pesquisa, por um lado, e academia e sociedade, por outro, tornando-se um instrumento de abertura das instituições de ensino para a comunidade na qual se inserem, democratizando o conhecimento, ao mesmo tempo, que induzindo a Universidade a pensar soluções para os problemas que detecta ao inserir-se no trabalho comunitário. Assim, o objetivo geral consistiu em verificar como se desenvolve o acesso à justiça na comunidade Pellettier. Sendo que os objetivos específicos estão vinculados em averiguar através do projeto de extensão se há mecanismos eficientes para a inclusão social na comunidade Pellettier no atendimento ao acesso à justiça e ainda estudar através da extensão como o ensino superior pode ser um dos mecanismos multiplicadores para viabilizar meios eficientes para o acesso à justiça. A metodologia utilizada envolveu o levantamento bibliográfico das leituras e da discussão de textos sobre direitos fundamentais, princípios da legalidade e acesso à justiça para identificar o perfil das mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina Madre Pelettier. Para o levantamento dos dados sobre o perfil das encarceradas utilizou-se um questionário semi-estruturado, contendo questões referentes aos dados da autora do crime, do delito cometido, ao processo, à família e à rotina na casa prisional, bem como as questões de saúde, das sanções aplicadas no âmbito da execução da pena e os efeitos dali decorrentes. A coleta de dados foi realizada entre final de agosto de 2007 e início de abril de 2008, sendo que, nos meses de janeiro e fevereiro. Definiu-se, em função das dificuldades encontradas para a realização de um censo, que se trabalharia com os 154 questionários que já haviam sido realizados após seis meses de contato com a instituição, o que representava uma mostra de 52% da população. A coleta de dados foi realizada em um total de 65 visitas e envolveu 05 alunos bolsistas de extensão do curso de Direito, uma aluna visitante e duas professoras, uma de Direito Penal e uma de

Sociologia Geral e Jurídica. É importante destacar que o acesso à justiça passa pela garantia do direito à defesa técnica, a fundamentação das decisões, o direito à saúde, entre outros. Como instrumental de um mínimo de dignidade, elege-se na esfera da execução criminal o direito ao acesso à justiça, como direito à informação de direitos e deveres, com o fim de esclarecer, promover e desenvolver a cidadania. A partir desse projeto, houve a implementação do balcão de cidadania na comunidade Pelletier, com a finalidade na construção da teia ao acesso à justiça entre a Universidade e a comunidade no exercício da cidadania, na contribuição ao acesso à justiça. Através dos dados coletados no projeto de extensão, foi possível verificar que a grande maioria é jovem, na faixa etária entre 19-29 anos. São presas provisórias e provenientes do interior do Estado, cuja ocupação é resultante de profissões vinculadas ao lar, onde se vislumbrou o desconhecimento em relação ao que são faltas graves, mas entendem a aplicação das sanções e a constatação da carência de defesa técnica, o desconhecimento em relação aos direitos que possuem e ineficiência quanto a questão da saúde, bem como a ausência das visitas íntimas. A estrutura das famílias no sistema prisional em relação à questão de gênero (são monoparentais). E ainda o delito, na maioria dos casos, é o tráfico de entorpecentes e o roubo. Com esses dados e outros obtidos, a pesquisa espera colaborar com a produção científica na área prisional. Ressalte-se que grande parte das entrevistadas 63,4% está detida sem sentença, são presas provisórias. As detentas revelaram, em suas conversas, que o retorno em relação às suas postulações jurídicas são morosas. Também, se verificou que não há um atendimento efetivo em relação aos aspectos da assistência jurídica e o direito à informação de seus direitos no curso da execução da pena. Todavia, por meio da extensão, pode-se desenvolver, em parceria com a comunidade, e promover o acesso à justiça sendo um dos multiplicadores na inclusão social formando um balcão de cidadania com a finalidade de atender às vulnerabilidades apresentadas na comunidade, tendo como pressuposto fortalecer as redes de inserção na inclusão social. A partir dos dados levantados, propomos que as atividades possíveis de serem realizadas junto à comunidade Pelletier podem ser sustentadas em dois pilares, a saber: a) balcão de cidadania b) acompanhamento dos processos. Considerações finais. Os mecanismos de proteção não se restringem à proteção à vida, à integridade física, porém ocorrem das mais variadas formas, desde que possam realizar a proteção dos direitos fundamentais. É importante destacar que os direitos fundamentais são o resultado de reivindicações concretas, geradas por situações de agressões a bens fundamentais, elementares do ser humano. Alguns destes direitos estão sendo revitalizados, em face às novas formas de agressão e aos valores tradicionais incorporados ao patrimônio jurídico da humanidade, nomeadamente da liberdade, da

igualdade, da vida e da dignidade da pessoa humana. Desta maneira, os direitos fundamentais podem ser utilizados como vinculados à proteção essencial da dignidade, dentre eles, o direito à defesa técnica, a fundamentação das decisões, o direito à saúde (também objeto de verificação no curso da execução da pena), visto que estão relacionados diretamente à norma de direito fundamental. É preciso observar que os fins constitucionais, podem ser conflitantes e, para poder auxiliar, deve-se criar novas alternativas e ainda trabalhar com o projeto de extensão, entrelaçando a pesquisa e o ensino, buscando por meio dos resultados, por meio do desenvolvimento de atividades visando à inclusão social, ao corroborar com o próprio art. 4º da própria Lei n. 7.210/84. Dessa forma, o projeto desenvolvido na comunidade Madre Pelletier, pretende construir um canal de interlocução com os outros núcleos e projetos para viabilizar a formação de uma rede com as outras instituições que desenvolvam atividades onde possa trabalhar a igualdade de direitos, respeitando as diferenças encontradas, inclusive, nas questões de gênero em relação à questão prisional.